

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE Câmara Municipal de Piracicaba

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE DOCUMENTAÇÃO Milena Petrocelli Furlan Dionísio (Chefe do departamento)

SETOR DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO Giovanna Fenili Calabria (Arquivista I - Reg.195/SC) Dayane Cristina Soldan (Arquivista - Reg.2168/SP) Bruno Didoné de Oliveira (Escriturário) Samara Nascimento Lopes (Estagiária de Administração)

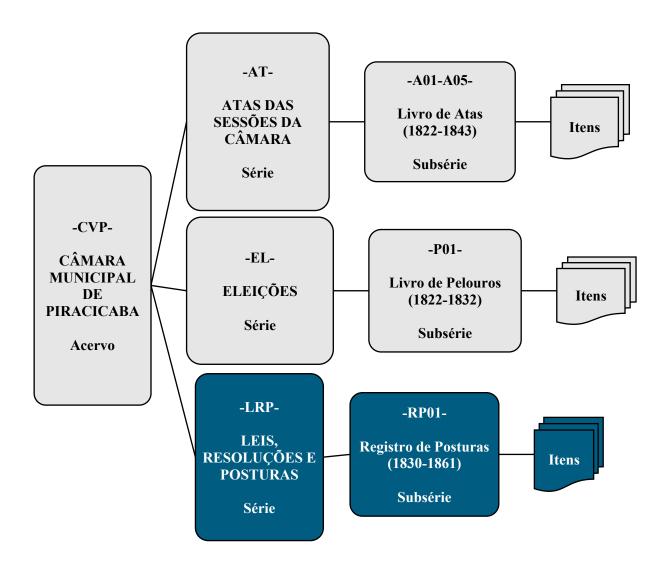
1º EDIÇÃO 2025





QUADRO DE ARRANJO

*BR SP CVP CMP LRP RP01



*A subsérie Registros de Posturas (1830-1861) - (BR SPCVP CMP LRP RP01) é composta por registros de artigos de posturas da Câmara Municipal da Constituição (Piracicaba) e remetidas à aprovação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo. As posturas são legislações, de âmbito municipal, que disciplinam normas de conduta e outros parâmetros normativos locais.



ÍNDICE

No índice encontra-se a listagem dos itens documentais da série ou subsérie. Com informações de localização, conteúdo e se foi transcrito ou não. Para facilitar o acesso aos itens transcritos, clique no <u>Sim</u> para ser direcionado à respectiva transcrição.

RESGISTROS DE POSTURAS (1830-1861)

*BR SPCVP CMP LRP RP01

FOLHAS	DOCUMENTO	TRANS.*
FOLITAS	DOCUMENTO	*transcrição
[fl.01]	RP01-01 08 de julho de 1839 Termo de abertura do segundo livro de ofícios, que registra as correspondências documentais da Câmara de Vila de Piracicaba (ou Vila da Constituição). Documento assinado por José Alvarez de Castro, Presidente da Câmara.	<u>Sim</u>
[fl.02-06]	RP01-02 8 de fevereiro de 1830 (original) 14 de junho de 1830 (registro) Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprovadas pelo Conselho Geral da Província de São Paulo, em 8 de fevereiro de 1830 – Cópia registrada pelo secretário da Câmara, Francisco do Amaral em 14 de junho de 1830. Os artigos das posturas tratavam sobre distintos temas, como: arruadores, alinhamento, cercas, animais nas ruas, desobediência, formigueiros, jogos, sossego público, pesos e medidas, porteiras, venda de carnes, corrida de touros, espetáculos públicos, animais bravos, tumultos em tabernas, armas e conservação de ruas e estradas. Nos artigos finais são destinados as seguintes considerações: "Art 34º Quando o condenado não tiver com o que pagar a multa sofrerá um dia de prisão por cada quinhentos reis,	Sim



	Art 35° Todas as penas impostas nestas posturas serão dobradas nas reincidências, até a alçada da Câmara" (em transcrição livre)	
[fl.06-06v]	RP01-03 14 de março de 1839 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas de 14 de março de 1839, tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, resolve:" (em transcrição livre) O tema central de tais posturas são as vacinas e a obrigatoriedade da vacinação,	<u>Sim</u>
[fl.06v-07]	RP01-04 13 de fevereiro de 1840 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 13 de fevereiro de 1840, que têm como tema central de tais posturas são as edificações. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, resolve:" (em transcrição livre)	Sim
[fl.07-07v]	RP01-05 15 de março de 1844 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 15 de março de 1844, composta por dois artigos, o primeiro tratando de animais (cães, cabras e porcos) "vagando" pelas ruas e praças da Vila e segundo sobre Carta de data para terrenos dentro do rocio.	Sim
[fl.07v-08v]	RP01-06 22 de fevereiro de 1847 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 22 de fevereiro de 1847. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição,	Não



	resolve aprovar as seguintes posturas" (em transcrição livre)	
	Tem-se seis artigos de posturas, com temas como animais soltos e a proibição de "pedir esmolas".	
	RP01-07 30 de março de 1849	
[fl.08v-09]	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 30 de março de 1849. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, resolve aprovar as seguintes posturas" (em transcrição livre) Tem-se cinco artigos de posturas, com temas como animais soltos, morte de reses, talho, carros e carretos e fechamento de terrenos.	Sim
	RP01-08 14 de julho de 1852	
[fl.09-10]	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 14 de julho de 1852. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, resolve" (em transcrição livre) Tem-se cinco artigos de posturas, com temas como: calçamento de pedras e mascates. O segundo artigo, traz como tema o dobre e repique de sinos, e tem a seguinte redação: "Art 2º Todas vezes que falecer qualquer pessoa, haverá	<u>Sim</u>
	um dobre ou repique de sino gratuito, podendo com tido haver mais dobres, ou repiques, pagando por estes os interessados 800 reis de cada um, recebendo 160 o sacristão, e ficando os 640 reis para a fabrica da Matriz. Esta quantia será arrecadada pelo fabriqueiro no ato de dar bilhete da fabrica para sepultura" (em transcrição livre)	
	RP01-09	
[fl.10-10v]	02 de agosto de 1853 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 02 de agosto de 1853. Tal registro inicia-se com o seguinte texto:	Sim



"O Presidente da Provincia tendo nesta data aprovado e mandado executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da cópia junta, assinada pelo Secretário do Governo, que foram remetidas pela Câmara Municipal da Vila da Constituição em oficio de 23 de julho pretérito, assim o participa aos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da mesma Vila, para sua inteligência e execução" (em transcrição livre) Tem-se cinco artigos de posturas, com temas como toque de recolher – escravizados e negociantes - e espetáculos públicos. Nesta revoga-se o artigo 21 das Posturas de 8 de fevereiro de 1830, que trata destes espetáculos públicos. RP01-10 02 de março de 1854 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 02 de março de 1854. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova os seguintes artigos de Posturas" (em transcrição livre) Tem-se quatro artigos de posturas, com o tema principal sendo os boticas e boticários RP01-11 28 de fevereiro de 1855 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) Não o artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)			
Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 02 de março de 1854. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova os seguintes artigos de Posturas" (em transcrição livre) Tem-se quatro artigos de posturas, com o tema principal sendo os boticas e boticários RP01-11		mandado executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da cópia junta, assinada pelo Secretário do Governo, que foram remetidas pela Câmara Municipal da Vila da Constituição em ofício de 23 de julho pretérito, assim o participa aos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da mesma Vila, para sua inteligência e execução" (em transcrição livre) Tem-se cinco artigos de posturas, com temas como toque de recolher — escravizados e negociantes — e espetáculos públicos. Nesta revoga-se o artigo 21 das Posturas de 8 de fevereiro de 1830, que trata destes espetáculos	
Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 02 de março de 1854. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova os seguintes artigos de Posturas" (em transcrição livre) Tem-se quatro artigos de posturas, com o tema principal sendo os boticas e boticários RP01-11		RP01-10	
Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 02 de março de 1854. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova os seguintes artigos de Posturas" (em transcrição livre) Tem-se quatro artigos de posturas, com o tema principal sendo os boticas e boticários RP01-11 28 de fevereiro de 1855 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste municipio do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)			
Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova os seguintes artigos de Posturas" (em transcrição livre) Tem-se quatro artigos de posturas, com o tema principal sendo os boticas e boticários RP01-11 28 de fevereiro de 1855 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)	[fl.10v-11v]	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 02 de março de 1854. Tal registro	
RP01-11 28 de fevereiro de 1855 Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)		Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova os	Sim
Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)			
Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)		RP01-11	
Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto: "A Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)		28 de fevereiro de 1855	
Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre) O artigo refere-se a taxa de rifa: "Todo aquele que fizer correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)	[fl.11v-12]	Constituição, datadas 28 de fevereiro de 1855. Tal	
correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em transcrição livre)		Câmara Municipal da Vila da Constituição, aprova o	Não
[fl.12-12v] RP01-12 Sim		correr uma rifa neste município do valor de 50 mil reis, ou de qualquer valor superior a esta, pagará o imposto de 10% para o cofre da municipalidade, não podendo vender os bilhetes, sem que primeiramente pague a taxa" (em	
	[fl.12-12v]	RP01-12	Sim



	24 de abril de 1855	
	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 24 de abril de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto:	
	"Tendo nesta data aprovado e mandado executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da cópia junta, assinada pelo Secretário do Governo, que acompanharam o seu ofício de 12 do corrente, assim o participa Vosmecês, para sua inteligência e execução" (em transcrição livre)	
	Tem-se dois artigos de posturas, com o tema principal os jogos proibidos.	
	RP01-13 23 de outubro de 1855	
	25 de outubro de 1833	
	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Vila da Constituição, datadas 23 de outubro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto:	
[fl.12v-13]	"Comunico a Vosmecês, para sua inteligência e execução que resolvi nesta data aprovar e mandar executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da cópia junta, assinada pelo Secretário do Governo, que acompanharam o seu ofício de 13 do corrente, menos os artigos 1°, 2°, 3° e 7°" (em transcrição livre)	Não
	Tem-se três artigos de posturas, com temos como carne e branqueamento e reboque de casas.	
	No final, há um informe do secretário da Câmara, Joaquim Correa d'Assumpção, com o seguinte teor: "Entre estes artigos de Posturas também foram submetidos a provação do Excelentíssimo Presidente da Província, outros, os quais não sendo aprovados, fiz a nova numeração destes, os quais estão conforme o original" (em transcrição livre)	
	RP01-14 24 de outubro de 1855	
[fl.13-14v]	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Constituição, datadas 24 de outubro de 1855. Tal registro inicia-se com o seguinte texto:	Sim
	5	



	WI III/AOIOADA	
	"Comunico a Vosmecês, para sua inteligência e execução que resolvi nesta data aprovar e mandar executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da cópia junta, assinada pelo Secretário do Governo, que acompanharam o seu ofício de 09 do corrente, menos os artigos 3º, 8º e 9º" (em transcrição livre) Tem-se sete artigos de posturas, com temos como: animais mortos encontrados em ruas e pátios; criação de porcos e vistoria em casas.	
	No final, há um informe do secretário da Câmara, Joaquim Correa d'Assumpção, com o seguinte teor: "Entre estes artigos de Posturas também foram submetidos a provação do Excelentíssimo Presidente da Província, outros, os quais não sendo aprovados, fiz a nova numeração destes, os quais estão conforme o original" (em transcrição livre)	
	RP01-15	
[fl.14v]	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Constituição, aprovadas pela Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, em 15 de março de 1856. Tal registro é composta por um artigo único que trata de jogos proibidos.	Não
[fl.15-16]	RP01-16 10 de abril de 1858 (original) 15 de abril de 1858 (registro) Cópia das posturas da Câmara Municipal da Constituição, aprovadas pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 10 de abril de 1858 – Cópia registrada pelo secretário da Câmara, Francisco Ferraz de Carvalho em 15 de abril de 1858. São 10 artigos de posturas tratam de temas como licenças para vendas e lampiões nas ruas	Não
[fl.16]	RP01-17 25 de abril de 1858 Cópia (registro) de dois artigos de posturas, aprovados em sessão extraordinária da Câmara Municipal as Cidade da Constituição, de 25 de abril de 1858. Tais artigos tratam sobre os balões, sendo o primeiro deles com a seguinte redação:	Não



[fl.16-16v]	"Art 1º - Fica proibido soltares balões dentro do município. Os contraventores sofrerão a multa de 30 mil réis, e 8 dias de prisão, sendo o duplo nas reincidências" (em transcrição livre) RP01-18 22 de outubro de 1858 (sessão) 05 de novembro de 1858 (registro) Cópia (registro) de posturas, referente a construções,	Não
	aprovada em sessão ordinária da Cãmara Municipal da Constituição, de 22 de outubro de 1858. RP01-19	
[fl.16v]	Cópia de artigo de postura da Câmara Municipal da Constituição, referente a obras, aprovado pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 11 de março de 1859. O documento inicia-se com a seguinte redação. "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sobre proposta da Câmara Municipal da Cidade da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre)	Não
[fl.16v-17]	RP01-20 01 de abril de 1859 Cópia de artigos de posturas da Câmara Municipal da Constituição, referente aos balões, aprovados pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 01 de abril de 1859. O documento inicia-se com a seguinte redação. "A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sobre proposta da Câmara Municipal da Cidade da Constituição, aprova o seguinte artigo de Posturas" (em transcrição livre)	Não
[fl.17]	RP01-21 01 de abril de 1859 Cópia de artigo de postura da Câmara Municipal da Constituição, referente à epidemia de bexiga, aprovado pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 01 de abril de 1859. O artigo único tem a seguinte redação:	Sim



	"Art. Único – Todo aquele que tiver indivíduos afetados da epidemia de bexiga em suas casas dentro do quadro deste município será obrigado a ter em cima da porta da rua das mesmas uma bandeirinha, que sirva de sinal, que ali existe individuo desse mal, e acomodarem suas portas e janelas fechadas em quanto existir dentro de suas casas indivíduos desse mal, e os que assim não fizerem, sofrerão a pena de 10 a 20 mil réis e o duplo nas reincidências" (em transcrição livre)	
	RP01-22	
	27 de novembro de 1859	
[fl.17v-18]	Cópia (registro) de cinco artigos de posturas, aprovados em sessão ordinária da Câmara Municipal da Constituição, de 27 de novembro de 1859. Tais artigos tratam sobre o cemitério e sobre a criação do emprego de coveiro.	<u>Sim</u>
	RP01-23	
	[18] de março de 1860	
[fl.18-19v]	Regulamento interno para o Cemitério Publico da cidade da Constituição, aprovado em sessão extraordinária a Câmara, de [18] de março de 1860.	Não
	RP01-24	
	29 de abril de 1861	
[fl.19v-20]	Cópia das posturas da Câmara Municipal da Constituição, aprovadas pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 29 de abril de 1861 São 3 artigos de posturas incluindo um proibindo de lavar roupas nos três chafarizes da cidade.	Não



TRANSCRIÇÃO

REGISTRO DE POSTURAS (1830-1861)

* BR SPCVP CMP LRP P01

A transcrição foi realizada linha a linha, seguindo as *Normas Técnicas para Transcrição* e Edição de Documentos Manuscritos, que oferece diretrizes e convenções para a padronização das edições paleográficas. Na transcrição do documento a ortografia original foi mantida em sua íntegra, não sendo feita, portanto, nenhuma correção gramatical. Optou-se por se desenvolver todas as abreviaturas, com acréscimos em grifo, os caudados foram transcritos como ss e s, as palavras que se apresentavam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permitia a sua reconstituição, foram impressas entre colchetes [], assim como as assinaturas em raso ou por extenso e rubricas foram transcritas em itálico. O sinal [...?] representa que a palavra em questão não foi identificada. A expressão [fl....] representa o número da folha do livro na qual se encontra o documento, já as numerações à esquerda representam a linha na qual se encontra a referida citação. Para facilitar o acesso aos itens indexados e resumidos, clique no código do documento para voltar ao índice.

RP01-01 [fl.01]

- 01 Este livro ha de servir para nele escrever o Registro das Posturas, Oficios desta Camara ao Governo, bem como para os Diplomas das autorida-
- 05 des deste Município. Vai numerado e Rubricado. No fim leva emserramento. Constm 8 de Julho de 1839 José Alvares de Castro.
- 10 Presidente da Camara.

RP01-02

O1 Copia das Postu= ras da Camara Municipal deste Villa



O Conselho Geral

- 05 da província de São Paulo Rezolve Artigo 1º Ficão approvadas as seguintes Posturas da Camara Municipal da Villa da Constituição =
- 10 Art 2º Haverá hum Arruados nomeado pella Camara, o qual servirá quatro annos, e vencerá 200 reais de cada Data, ou [...?] ficio que alinhar, terá o seu cargo o alinhamento das Ruas e travessas, que terão secenta
- palmos de largura; este alinham<u>ent</u>o será feito em presença do Fiscal e Secretario, lavrando este hum Termo assignado pelos trez. O Arruador que não cumprir com o seu dever não alinhando, ou alinhado mal será punido
- 20 com hum dia de prisão ou multa de [...?] Salvo a reparação do danno que cazsar por defeito do alinha<u>men</u>to.
- Art 3º Haverá igualmente nas Capellas e Fre-25 guesias do termo desta Villa Arruadores que serão obrigados em tudo do art antecedente servirá por um de secretario qualquer pessôa nomeada pello Fiscal, e por elle juramentado.

30 Art 4° Todo aquele que [...?] ou cer-

[fl.02v]

- 01 ou cercar qualquer terreno sem proceder o alinhamento pello competente Arruador pagará a multa de [...?] [...?] á obra ficar fora do alinhamento será em. obrigado ao [...?]
- 05 [...?], e não o fazendo, será de [...?] a sua [...?]
 - Art 5° Ninguem poderá [edificar] nem apropriar-se de terreno em hum quarto
- 10 de légôa do centro para os lados [...?]
 [....?] deste Municipio, sem concessão da
 Camara que nunca será na de oito braças
 de frente e metade dos fundos de Rua, a Rua.
 os contraventores serão multados em 2#000,
- e será devolvida qualquer obra a sua cusra, quando esteja fora do alinhamento, se porem não estiver fora dele [além] do [...?] terreno que se [ver] e ficará em todas as cazas serão as bem-



feitorias avaliadas jud<u>icialme</u>nte, e pagas pela Camara em prestações [annuais]

Art 6º Todo aquelle que obtiver terren dentro do rocio e não mostar [edificio] no prazo de hum ano, perderá o dito terreno

25

Art. 7º Todo aquelle que lançar nas ruas qualquer cousa de [fácil] [putrefação] ou que sirva de estorvo ao tranzito ou [...?] dellas sofrerá a multa de 400 a [...?] será obrigado a lançar fora, não se sabendo [...?] [...?] do mal feitor o Fiscal o fará a custa da Camara, continuando na indaga ção dele para haver a multa e despeza feita

35

Art. 8º Fica probido ter cães, cabras,

[fl.03]

- 01 e porcos soltos dentros das Povoações; os cães assim achados serão mortos, e condenado o dono a para #500 de multa, os porcos e cabras serão igualmente mortos, e depois entregues a seus donos
- os quais pagarão [...?] as despesas da matação digo despeza da matança. Os caens manços de cassa serão mortos tam<u>bé</u>m qu<u>and</u>o forem achados soltos pella terceira vez tendo sido seus donos na primeira avizados, na segunda multados em 500 reis,
- 10 são assim permitidos as Cabras de leite, com tanto que [...?]

Art 9º Todos que no prazo de tres mezes depois de notificados não tirarem os formigueiros de seus pre15 dios urbanos, serão condenados em 6#000 e mandar-se hão torar a sua custa; mesma disposição se estende aos prédios rusticos, quando prejudicarem a terceiros. O prazo poderá ser espaçaso [...?] trez mezes

20

Art 10° Todos os que em vozes altas proferirem palavras, ou fizerem açõens offensivas aos bons custumes em logares públicos ou particulares, de mareira que sejão ouvidas ou vistas de

25 fora serão punidos com a multa de [...?] a 3# ou com hum a trez dias de prizão.

Art 11º [Na mesma] incorrerão as que depois do to-



que de recolhida, [que] será no verão as nove e no inverno as oito da noite levantarem vozerias que se assimilhem a tumultos, ou perturbem o repouso e sucego publico.

Art 12º Todos as que [...?] em suas Casas
35 [...?] a jogar, pagarão a multa de 4# reis, as que em qualquer parte jogarem com escravos pagarão 2# reis.

[fl.03v]

01 Art 13º Todo aquelle que desobedecer aos Fiscais nos objetos de sua jurisdição legal<u>men</u>te determinadas, será punido com hum a quatro dias de prizão, e hum a 4# de multa.

Art 14º Todo o negociante que vender ou comprar por pezos e medidas [falhas] ou vender generos corrompidos ou falcificados, que sejão novos a [parte] publica, será castigado com quatro a oito dias de prizão, e multa de 6 a 12# reis, e serãi lançados fora os ditos generos

Art 15° Todos que tiverem animais de qualquer espécie entre terras lavradias sem vallo

15 ou cerco de [Lei] os quais offensão aos vizinhos estes os poderão aprender em presença de duas testemunhas, e entregarão ao Fiscal que os venderá em [asta] publica, applicando metade de seu produto para as dispesas da Camara, quando esta metade não exeda a sua alçada, e outra metade ou mais intregará ao dono do animal, o qual ficará [...?] como cauzado.

Art 16° Se um animal estiver cercado, e a25 pezar disso fizer dano aos vizinhos, estes avizarão
duas vezes ao dono, para [que] [ponha] [em cobro]
se ainda assim continuado o dano offendido, uzará do [...?] do artigo antecedente, que será [intero] applicavel a esta espécie: os avizos serão feitos com duas testemunhas. Os porcos [...?] poderão ser mortod logo que se acharem fazendo
dano, sendo entregues aos Fiscais, que procederão na forma do artigo antecedente

[fl.04]

01 Art 17° Todo aquelle que plantar [...?]



campo ou no rocio das povoaçoens, cercará suas plantaçoens na forma do Art 15, e se ainda assim entrarem e arruinarem 05 suas lavoiras, gozarão do dito do Art anrecedente

Art 18º Ficão prohibidas as porteiras de vara nos [caminhos] sob penna de 2#reis de con10 dennação, as porteiras deverão ser siguras e fáceis de abrir e fexar: o [paçageiro] que as deixar abertas, terá a multa de 1#reus, além da reparação do dano [que cauzar]

15 Art 19° Os [talhos] deverá conservar no [meljor] [...?] possível, haverá a amior exação nos pezos e não deverá vender carne de qualquer mofo corrompida, as contraventores serão punidos com a [penna] de 4 a 12#reis, e deois a 20 oito dias de prisão

Art 20° Ficão prohibidas as corridas de touros e as [fógas] soltos [...?], sob penna de quatros duas de prizão, e oito mil reis de mul-

25 ta.

Art 21º Não se poderão dar [espetáculos] públicos, como [cavallarias], óperas, [Vollan tins], [...?], Fogos de Artifício. [...?] sem

30 licença do Fiscal pagando o seguinte

[fl.04v]

- 01 por operas, fallas ou intremezes, 10#reis, por cavalarias 8#reis, por vollantim ou [...?] 6#reis, por fogos de artificio ou outro quais quer espetaculos públicos 4#reis, cada huma [ditas] quan-
- 05 tias será paga por cada vez que [seder] ou repetir, qualquer destes estepaculos, sendo elles gratis para os espectadores, [...?] se não for o presso da Licença será dobrado. Nas Freguesias será [...?] e As Licenças serão gratuitas nas Festas Nacio-
- 10 naes, os contraventores serão multados no [...?] do que divião contribuir, e em dois dias de prizão, sendo gratuitos os espetáculos, e em quatro não o sendo.
- 15 Art 22º Todos os negociantes que tiverem [Balcoens] sem licença competente, pagarão 6#reis de condenação.



- Art 23º Todos que correrem a Caval-20 lo pelas ruas das Povoaçoes sem [necesidade] [...?], pagarão, sendo livre, 2#reis de condenação, sendo captivo terão [dois] dias de prizão
- 25 Art 24º Todo aquelle que tiver gado, potrado, ou mula brava [...?] na rua ou pátios da Povoaçoens ou andar com carros ou carrosas sem guia, terá a mesma penna d artigo antecedente.

Art 25° Todos os que mandarem inla-

30

[fl.05]

- 01 enlaçar ou adomar animaes bravos, ou por si mesmo o fizerem dentro das Povoaçoens, pagaeão 3#000reis de condennação.
- 05 Art 26° Todos que tiverem pastos para negocio nos arredores das Povoaçoens, e os não tiverem fechados com valas ou cercas da Lei, pagarão 4#reis de condennação, [allem] de ficarem responsaveis pello animal que se [su-10 mir], sendo provado que sahia por faltar de
- 10 mir], sendo provado que sahía por faltar de segurança do pasto
- Art 27º Todo o que [...?] em cerca, sendo livre será multado em 2#reis, e sendo captivo em 15 1#reis, e obrigado a compor-las a sua custa.
 - Art 28° Todo o Taberneiro que consentir rixas em sua taberna, sem evitar ou denunciar logo ao Juiz de Paz, ou Official de Quar-
- 20 teirão [respectivo], será multado em 2#reis, e terá dois dias de prizão.
 - Art 29° Todo o que andar armado de faca, espada ou azagaia, ou outra qualquer arma de [defesa], ou de tiros dentro das Povoaçoens, que de dia, quer de noite, sendo li-
 - çoens, que de dia, quer de noite, sendo livre pagará 6#reis de multa, e sendo cativo sinco dias de prizão, e [...?] das armas.
- 30 Art 30° Todo aquelle que abrir portas ou janellas nos [oitões] de suas casas, pagará [7#reis] de condennação, e será obrigado a [tapar]



[fl.05v]

01 a tapar a porta ou janella.

Art 31º Todo aquelle digo 31 Os moradores ou proprietários de casas nas Povoaçoens deste Municipio são obrigados a limpar, e concertar suas testadas, sob penna de 500reis, a 2#reis de multa, e o serviço a sua custa

Art 32º As estradas publicas continuarão 10 a serem conservadas pelos donos ou administradores dos predios por onde passão: [Os] infratares incorrerão na multa de 8#reis, e o serviço será feito a sua conta. As estradas que passarem por terrenos vollutos serão feitas a custa da Camara

Art 33º Os caminhos particulares serão feitos, e concervados de [mão] comum por todos os moradores com todas suas gentes de serviço athé sua

morada: [os] ingratores terão [a metade] da mul-20 ra do artigo antecedente, eo serviço será feito igualmente a sua custa

Art 34º Quando o condenado não tiver com o que pagar a multa soffrerá hum dia de prizão por cada quinhentos reis, ou athé quinhentos reis que tiver de pagar

Art 35° Todas as penas impostas nestas Posturas serão dobradas nas reincidencias, athé a alçada da Camara. Ficão rigogados os artigos [provinientes], e posturas que forem appostas a estas.

[fl.06]

01 estas. Passo do Conselho Geral de São Paulo, 8 de fevereito de 1930 = Manoel Joaquim [...?], Presidente = Diogo Antonio [...?] Secretario = Esta con
05 forme o original, Vila da Constituição 14 de Junho de 1830 = Francisco [...?] do Amaral = Secretario da Câmara

RP01-03 [fl.06]



- 10 A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Camara Municipal da Villa da Constituição, resolve:
- Art 1º Todo aquelle, que sendo devidam<u>ent</u>e notificado, não comparecer no dia [...?] [...?] para ser vaccinado na Casa da Camara, ou em outra que for assignada, sofrerá a penna de hum a tres mil reis na ultima penna incorrerá a que tiver
- 20 filhos, tuteladas, escravos, ou quaes quer outros individuos em seu poder, por cada hum delles, que não fizer comparecer sendo notificado: [...?] por [os] que quiserem vaccinar-se em suas casas por peritos por
- elles chamados, e pagar a sua custa, os quais deverão effectuar a dita vaccina dentro do prazo de seseseis dias, sob penna dos artigos seguinte.
- 30 Art 2º O que depois de vaccinado não comparecer, ou mnadar escuza legitima no fim de oito dias no Vaccinador para proceder-se ao devido exame, extração de puz vaccinico, ou não mandar as pes-
- 35 soas a seu cargo para esse effeito, soffrerá a

[fl.06v]

- 01 soffrerá a penna de dois a seis sil reis, salvo se forem vaccinados em suas casas, em cujo caso não serão obrigados ao referido exame, e extração, sendo toda havia obriga-
- dos a dar ao Vaccinador huma lista dos que se vacinarem em suas casas.
- Art 3º As multas dos artigos antecedentes serão deplicadas nas reincidências, e no caso das contraventores não poderem paga-las, serão [....?] em hum dia de prizão por casa hum mil reis = Paço da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo 14 de março de 1839 = Antônio Maria de [Moira]
- 15 Vice Presidente = Manoel Eufrazio de Azevedo Marques 1º Secretari = Delfino Pinheiro de [...?] Cintra 2º Secretário

RP01-04



- 20 A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Camara Municipal da Villa da Constituição, resolve:
- Art 1° Nenhum edifício poderá ser
 25 construido: dentro dos limites do lançamento da Décima sem que tenha vinte palmos de altura na beira da frente. O contraventor será obrigado a demolir o edificio, ou [conformará]
 30 com o padrão, sob pena de seis mil reis e não o fazendo, será demolido a sua
- Art 2º Todos os proprietarios den-35 tro dos mesmos limites serão obrigados a [branquear] as frentes de suas casa, e terem emboçados

custa.

[fl.07]

- 01 esboçados e branqueados os mesmos que fizerem frente para [as ruas], sob a penna de [seis] mil reis, se não o fizerem todas as vezes e nos prasos que forem
- 05 ordenados por Editais
 Paço da Assembleia
 Provincial de São Paulo digo da Assembleia Legislativa Provincial de São
 Paulo treze de Fevereiro de mil oitocen-
- 10 tos e quarenta = Antônio Maria de [Moira] Pre<u>siden</u>te = Joaquim Francisco [....?] Redator = Joaquim [Floriano] de [Toledo] [2º Secretario] Esta conforme os [originais]
- 15 Secretário [...?]

RP01-05

A Assembleia Legislativa Provincial sobre pro-20 posta da Camara Municipal da Villa da Constituição, resolve=

Art 1º Prohibe-se que vaguem pelas ruas e praças desta Villa e Freguesias, cães



25 cabras e porcos, sendo autorizado o Fical á matar os primeiros, e os segundos seus donos multados em quatro mil reis por cada [cabeça]

[fl.07v]

01 Art 2º Toda pessoa que quiser terreno dentro do rocio desta Villa pagara ppr cada Carta de Data [passada] do Municipio oito mil reis alem do que oertence ao

05 [....?] Paço da Assembleia Legislativa Provincial 15 de março de 1844= Joaquim Jose de Moares e [...?] = Prezidente = Joaquim Firmino [....?] Jorge 1º Secretário = Antonio Joaquim de 10 [...?] [...?] 2º Secretário

Esta conforme o original Antonio [....?] de Siqueira

RP01-07 [fl.08v]

A Assembleia Legislativa Provincial de São 10 Paulo, sob proposta da Camara Municipal da Villa da Constituição, resolve: aprovar os seguintes artigos de postura

Art 1º Fica prohibido andarem soltos
15 pelas ruas da Villa animaes [...?]
[cavalos], e [...?]. Os contraventores
pagarão a multa de 4#reis: o dobro nas reincidências

- 20 Art 2º Nenhuma pessoa poderá matar dentro do quarto da Villa, si não no lugar da face; e para isso chamará o Fiscal para ver se as reses estão em esatdo de serem mortas, e quando [assim]
- 25 não o fação serão multados em 4#reis.

Art 3° O Fiscal fará lançamento das reses que forem mortas no talho, [tira-rão suas marcas, para o que será forneci-

30 do de hum Livro, e vencerá 40[rs] de marchante por cada marca que lançar.



Art^o 4 Todo aquele que tiver

[fl.09]

- 01 carros e carretões, que ganhem de carretos, darão doze carradas de pedras para as obras publicas da Villa, sendo todas no principio do anno, e os
- 05 ditos carros serão carimbados, e os infratores serão multados em 10#reis., todas as vezes que deixarem de dar as carradas, ou de carimbar os carros. -
- 10 Art 5° Todo aquele que dentro do praso de hum anno não fechar seus terrenos de taipa ou cerca barrada e [caijada], será multado em 6#reis. Em todas as correições que o Fiscal tem de fazer por
- ano; isto na demarcação das ruas que a Camara apresentar. Paço da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 30 de março de 1849 – Rafel Tobias de Aguiar – Presidente = Francisco [Antonio]
- 20 de Nasci<u>ment</u>o [Lessa] 1 Secr<u>etar</u>io = Francisco José de [Arruda] [...?] – 2º Secr<u>etari</u>o

Esta confo<u>rm</u>e
Secretario Amancio [Gomes] [Ramalho]

RP01-08

A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Camara Municipal da Villa da 30 Constituição, resolve:

Art 1° Os proprietarios compreendidos den-

tro do circulo que for marcado pela Camara [..?] serão obrigados a calçar de pedra, na ex-

[fl.09v]

01 extensão de dez palmos a frente de suas propriedades. Os contraventores serão multados em 1#000reis de cada [praça]. E o serviço feito a sua custa.

05

Art 2° Todas vezes que fallecer qualquer



pessoa, haverá hum dobre ou repique de sino gratuito, podendo com tido haver mais dobres, ou repiques, pagando por estes os 10 interessados oito centos reis de cada um, [recebendo] cento e secenta o sacristão, e ficando os ceiscentos e quarenta reis para a fabrica da Matriz. Esta quantia será arrecadada pelo Fabriqueiro no acto de dar bilhete

15 da fabrica para sepultura

Art 3º Considerar-se-há, d'ora indiante, como testada dos proprietários de casas de terrenos dentro da povoação, o meio das ru-20 as, e são, portanto, obrigados a limpeza e aceio dellas, té esse ponto, os respectivos proprietarios. Os contraventores soffrerão as pennas estabelecidas no artigo de posturas a respeito

25 Art 4º Todo mascate que vier de fora do Municipio vender fazendas ou [...?] [quilharias] de mar fora neste Municipio tirará licença na Cãmara, pela qual pagará 30#000reis. Os contravendores incorrerão na multa de 30#000reis, alem do pagamento da licença a que ficão obrigados

Art 5° Todo mascate que vier de fora do Municipio vender [...?], [...?], ou

35 pedras preciosas, tirara licença da Ca-

[fl.10]

- 01 Camara, pela qual pagará 50#000reis, Os comtraventores serão multados em 30#000reis a lem da licença a que ficão obrigados.

 Paço da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 14 de julho de 1852 = Jose Alves
- 05 30 de março de 1849 Rafel Todos Santos – Vice Pres<u>iden</u>te = <u>Doutor</u> Antonio Joaquim [Ribas] – 1º Secr<u>etar</u>io = Antonio Joaquim da Roza 2º Secr<u>etari</u>o
- 10 Esta confo<u>rm</u>e o original Secretario Joaquim [Corr<u>ei</u>a] e Assumpção

RP01-09 [fl.10]



O Presidente da Provincia tendo nesta dacta approvado e mandado executar provizoriamente os artigos de Posturas, constante da copia junta, assignada pelo Secretario do Governo, que forão remetidas pela Camara Municipal da Villa da Constituição em officio de vinte e trez de julho preterito, assim o participa aos Senhores Pre-20 sidente e Vereadores da Camara Municipal da mesma Vila, para sua inteligência e execução Palacio do Governo de São Paulo, dois de Agosto de mil oito centos e sincoenta e trez = [...?] Nascimento Silva = Copia = Artigos de Posturas

25

Artigo 1º Todo escravo captivo que for encontrado pelas ruas desta Villa depois do toque de recolhida sem que leve bilhete, ou [boleto], cartão ou hum signal qual quer, ou justificativa de seu Se-30 nhor por onde se conheça que vão por ordem ou em serviço de seu Senhor será punido com vinte e sinco açoites, e entregue ao seu Senhor, e estes açoites serão comutados em quatro mil reis a vontade de seos Senhores além das mais despesas 35 que se fizerem.

Art 2º Todo o negociante de qualquer genero de negocio e os denominados de pasto, que ao toque de recolher não fexarem as portas de seos ne-

[fl.10v]

01 negocios, serão punidos com a multa de quatro mil reis, e dobro nas reincidências, este toque de recolhida sera dado no sino da Matriz, em quanto não ouver na Cadea desta Villa, que será no verão as nove horas e no inverno as oito.

05

15

Art 3º Não [se] poderão dar espetáculos publicos, como cavalladas, operas, volantins, [boneiros], fogos de artificios, sem a licença da Camara pagando o seguinte: por operas, farças ou entreme-10 zes 10#000reis, cavalladas 8#reis, por volantins ou [bonieros] 6#reis, por fogos de artificio, ou outros quais quer espetáculos públicos 4#reis. cada huma destas quantias sera paga por cada vez que seder esses espetáculos. Nas Freguesias sera tudo por metade

Art 4º As disposições do Artigo antecedente não terão logar quando esses espetáculos forem grats.



20 Art 5º Fica para isso revogado o artigo 21 das Posturas de 8 de fevereiro de 1830 = José Venceslau de Almeida Cunha = Francisco [...?] de Carvalho = Gabriel de Godoi Moreira = Joaquim José de Oliveira = João José da Con-

25 ceição = João Leite Ferraz de Arruda = Secretaria do Governo de São Paulo dois de Agosto de 1853 = Secretario do Governo Francisco Jose de Lima

Esta conforme o original

30 Secretario Joaquim [Correia] e Assumpção

RP01-10 [fl. 10v]

A Assembleia Legislativa Provincial, 35 sobre proposta da Camara Municipal da Villa da Constituição, aprova os seguintes artigos de Posturas

[fl.11]

- 01 Art 1º Fica prohibida a factura de [...?]: os contraventores soffrerão a multa de trinta mil reis, e o duplo nas reincidências, devendo os mesmo serem demolidos a sua custa
- Art 2º Nenhuma pessoa poderá abrir boticas, sem se mostrar a Camara competentemente habilitada, na forma do artigo treze da Lei de trez 10 de outubro de 1832, o contraventor pagará a multa de [...?] trinta mil reis e o duplo nas reincidencias
- Art 3º Todo o boticário que vender 15 remédios corruptos, ou já inutilizado pelo tempo, incorrerá nas mesmas pennas do artigo antecedente.
- Art 4º O boticário que vender reme-20 dios sem receitas de Professor autorizado para curar pagará seis mil reis de multa, salvo si o remédio for de natureza inocentíssima. Os vendedores de drogas, que, sem serem boticários



25 approvados, venderem [...?] [...?]
[...?] substancias venenosas e suspeitas, ou remédios [muito] activos, quer sem receita de Professor, quer com ella, assim como individuos que
30 venderem as ditas substancias em

[fl.11v]

01 em grandes porções, ainda que boticários sejão a escravos e pessoas desconhecidas, suspeitas, e que não precisarem dellas, no exercício de sua profição, soffrerão a multa de dez a trinta mil reis, sem pre-

05 juízo das penas mais graves, que poderem soffrer das justiças criminais, na conformidade das leis. Passo da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 2 de março de 1854 = Barão

10 do Tiete Vice-Presidente = Delfino Pinheiro de [Ulhoa] Cintra, 1º Secretario -João [Sintorio] Junior, 2º Secretario Esta conforme o original

O Secretario

15 Joaquim [Correia] e Assumpção

RP01-12

Tendo nesta dacta approvado e mandado executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da copia junta, assignada pelo Secretário do Governo, que acompanharão o seu oficio de dose do corrente, assim o participa [Vosmecês],

20 para sua inteligência e execução. Deos Guarde a [Vosmecês]. Palácio do Governo de São Paulo 24 de abril de 1855 = José Natonio Saraiva – Senhores Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Consti-

25 tuição = Copia = Projectos de Posturas

Art 1º Todo aquelle que tiver casa publica de [tabolajem] para jodos prohibidos, safisfará a multa [corpo 30 rea] de quinze dias de prizão, e a [pecuniária] de sete mil e quinhentos reis e o duplo nas reincidenias



Art 2º São jogos prohibidos a

[fl.12v]

A Primeira, Trinta e Um, Lasquinet, Pacau e todos os jogos de parada.
Paço da Câmara Municipal da Villa da Constituição 12 de abril de 1855. Secretaria de São Paulo 24 e Abril

05 de 1855= Francisco José Lima Esta confo<u>rm</u>e o original = O Secretario da Camara Mun<u>icipal</u> Joaquim [Correia] e Assumpção

RP01-14 [fl.13]

- 25 Comunico a [Vo<u>smec</u>ês], para sua inteligencia e execução que resolvi nesta dacta approvar e mandar executar provisoriamente os artigos de Posturas, constante da copia junta, assignada pelo Secretário do
- 30 Governo, que acompanharaõ o seu officio de 9 do corrente, menos os artigos terceiro, oitavo e nono. Deos Guarde a [Vosmecês]. Palacio do Governo de São Paulo 24 de outubro de 1855 = Antonio Roberto de Almeida=
- 35 Sen<u>hor</u>es Presidentes e Vereadores da Camara Municipal da Constituição
 Copia

Art 1° Os animais mortos que se acha=

[fl.13v]

- 01 rem nas ruas e pátios desta Villa serão interrados em logares destinados da povoação, sendo a custa da Camara quando se ignorar a quem pertencerem ao contrario por conta dos donos. Os
- que lançarem animais mortos nos lugares publicos serão punidos com dez mil reis de multa, e o duplo nas reincidencias
- 10 Art 2º Hé prohibida a conservação de porcos, qual quer que seja o seu numero, e destino, em chiqueiros, quintais,



ou areas dentro da Villa e seos suburbios; Os contraventores pagarão á multa de 10#000reis por cada hum, e o duplo nas reincidencias

Art 3° Os moradores desta Villa e

de seus subúrbios serão obrigados a franquiar os quintais, jardins, patios e

- 20 outras dependências de suas casas para ser examinado o estado de aceio e limpeza em que se achão. Os que por qualquer modo se oppuserem a estas vistorias e exames pagarão a multa
- 25 de 15#000reis, e o duplo nas reincidencias e, em todo o caso, a vistoria sera feita.
- Art 4° Os moradores em cujos quinta 30 - is, areas, pateos, jardins e dependencias, frentes de suas casas se acharem de-

[fl.14]

posito de lixo, aguas estagnadas, ou materias corruptas ou de facil corrupção, capazes de prejudicar a sade publica ou mesmo dos moradores, serão multados em 10#000resi, e o duplo nas reincidencias, e neste ultimo caso, tão bem soffrerão a pena de dez dias de prisão.

A limpeza se fará a custa dos moradores.

- Art 5° As multas [pecuniarias] pode-10 rão ser substituídas por dias de prisão, na razão de 1#000 reis por dia, aos que não tiverem meios de as pagar.
- Art 6° As vistorias e exames mencionados nos artigos antecedentes só poderão ser feitas de dia e nunca de noite: e não se verificarão sem previa intimação do morador ou proprietario. Esta intimação, quando feita pelo Fiscal
- 20 da Camara, será impresença de duas testemunhas. No caso de repulsa do morador será a vistoria ordenada exofficio pela authoridade policial, á requisição do Fiscal, e então se observarão as
- 25 solenidades de estillo para a entrada em casa alheia".



Art 7º A Camara declarará por Editais quando terá comeso a execução
30 destas posturas, assim como quando ella sessará = Secretaria do Governo de São Paulo 24 de Outubro de 1855 = Fran-

[fl.14v]

01 Francisco José de Lima

Entre estes artigos de Posturas tão bem foram submetidos a provação do Excelentíssimo Presidente da Província, outros, os quais

05 não sendo approvados, fiz a nova [in] numeração destes, os quais estão comforme o original = O secretario

Joaquim Correa d'Assumpção

RP01-21 [fl.17]

- 10 A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sob proposta da Camara Municipal da Cidade da Constitui= ção, aprova os seguinte artigo de Pos= turas
- 15 Art. Único Todo aquelle que tiver in dividuis affetados da epidemia de bexiga em suas casas dentro do quadro] deste Municipio será obrigado a ter em cima da Porta da Rua das
- 20 mesmas uma bandeirinha, que sir= va de signal, que ali existe indivi= duo [desse] mal, e [acomodarem] suas portas e janellas feichadas em quanto existir dentro de suas casas indi=
- 25 víduos [desse] mal, e os que assim não fizerem, soffrerão a pena de dez dias digo de des a vinte mil réis e o duplo nas reincidencias. Paço da Assembleia Legislativa Provincial
- 30 de São Paulo 1º de Abril de 1859
 Joaquim Otavio [....?] Presidente
 Delfino [Ponteiro] de Ulha Cintra
 1º Secretário Luiz [Selvino] Alves [....?]



01 Art1 1º - Fica criado o emprego de Coveiro para o Cemiterio desta Cidade, este [percebe=rá] sento e vinte mil reis 120:000 por anno pagos pelo Coffre da Municipa=lidade

05

Art 2º O Coveiro será obrigado [a trazer] sempre bem limpo, e com todo o [...?] neceça= rio o Cemiterio, e terá em seo poder a chave do Portão, e quando haja qual=

10 quer extravio da mesma, e seja por falta d zello seo, será obriago a man= dar fazer outra a sua custa

Art 3º Será o mesmo Semiterio examina-15 do pelo Fiscal da Camara em todas as Correições qie fizer e dará parte a Camara afim della providenciar como entender

- 20 Fica [arbítrio] da Camara dar os Regulamentos primeiros para o bom cumprimento dos [....?] e [artigos] de Posturas, serão multados os coveiros na quantia de [...?]
- 25 por cada uma falha que cometer

Fica o Coveiro obrigado a [assistir] aos interramentos dos cadáveres, a fim de que elles [ficarem] bem interrados, e

30 tenhão as sepulturas a profundidade neceçaria. Paço da Camara Municipal em seção ordinaria de 27 de novembro de 1859. Salvador de Ramos Correa

[fl.18]

01 Melchior de Mello Castanho = Antonio Joaquim da Silveira = Antonio Nar= cizo Coleho = João Batista Correa Joaquim Floriano Leite Esta conforme o Secretario Francisco

05 Ferras de [Carvalho]